

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.366.113 - SE  
(2018/0245915-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : CLEVERTON FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

**DECISÃO**

**CLEVERTON FERREIRA DOS SANTOS** agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe** na Apelação n. 201700322231.

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação do art. 14 da Lei n. 10.826/2003, ao argumento de atipicidade da conduta, "tendo em vista que restou comprovado (sic) a ausência de laudo pericial" da arma apreendida (fl. 461).

Requer, assim, o provimento do recurso, a fim de que seja absolvido o réu.

A Corte local não admitiu o reclamo, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do pedido (fls. 513-515).

**Decido.**

O agravo é **tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade**. Quanto ao especial, verifico que também comporta **conhecimento**, pois o tema foi examinado no acórdão impugnado, a **evidenciar o prequestionamento da matéria**. Além disso, as razões recursais apresentam **argumentação suficiente** para permitir a compreensão das teses e a sua apreciação **prescinde de revolvimento do contexto fático-probatório dos autos**.

O agravante foi condenado, em primeira instância, a 2 anos

de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais multa, como incurso no **art. 14 da Lei n. 10.826/2003**, porque trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, **um revólver calibre 38, marca Rossi, numeração D652221, com três munições intactas**.

Em relação à materialidade delitiva e à perícia no artefato, o Tribunal de origem assim se manifestou (fls. 443-444, grifei):

Segundo entendimento majoritário firmado por esta Corte de Justiça Sergipana e pelos Tribunais Superiores Pátrios, a exemplo do STF e STJ, **basta a mera conduta para a configuração do delito em apreço, tudo em observância a norma penal contida no art. 14 da Lei nº 10.826/03 que prevê:**

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

É entendimento já pacificado que o crime de porte ilegal de arma de fogo é de perigo abstrato, o que torna desnecessária a demonstração da ocorrência do risco à vida, a integridade física ou ao patrimônio de outras pessoas ou ainda, que a conduta do agente resulte na produção de um perigo concreto ao bem jurídico tutelado.

**Logo, a consumação do crime tipificado no artigo 14 da Lei nº 10.826/03 dispensa a demonstração de que a conduta tenha efetivamente lesado ou posto em perigo bem jurídico individual de outrem, eis que, o bem jurídico difuso é que foi irremediavelmente lesionado.**

A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que o crime de porte ilegal de arma de fogo é de **perigo abstrato**, sendo prescindíveis, para o reconhecimento da materialidade delitiva, a realização de perícia para atestar a potencialidade lesiva do artefato ou a constatação de seu efetivo municiamento. O simples porte da arma de fogo oferece potencial de intimidação; vale dizer, é passível de ser utilizada para a prática de outros crimes e de intimidar terceiros.

Ilustrativamente: "os crimes previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003 são de perigo abstrato, razão pela qual é **desnecessária a realização de exame pericial para aferir a potencialidade lesiva do artefacto**. (HC n. 356.349/MS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/8/2016)" (**AgRg no Resp n. 1.616.779/RS**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 18/11/2016, destaquei).

Portanto, constata-se que **o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. Nesse sentido:

[...]

3. Conclusão do Colegiado estadual que se coaduna com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça de que o crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003 é de perigo abstrato, sendo desnecessário perquirir sobre a lesividade concreta da conduta, porquanto o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física, e sim a segurança pública e a paz social, colocadas em risco com o simples porte de arma de fogo, revelando-se despicienda a comprovação do potencial ofensivo do artefato através de laudo pericial.

[...]

(**HC n. 509.336/SC**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 25/10/2019)

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação de que os crimes previstos nos arts. 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003 constituem delitos de perigo abstrato, não se fazendo necessária, portanto, para a configuração da conduta delitiva, a comprovação da potencialidade lesiva da arma de fogo ou da munição. (precedentes)

[...]

(**AgRg no AREsp n. 1.168.195/SC**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 26/3/2018)

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator